

Editorial

Com a crise econômica, novos desafios virão

Por definição, a crise econômica é o ponto de transição de um período de crescimento e prosperidade a um de depressão. Da noite para o dia, portanto, empregos são eliminados, direitos restringidos, a violência e a miséria se espalham de forma abrupta e avassaladora para grande parte da classe trabalhadora. O mundo já viveu isso em outros momentos. O mais gritante resultou na Segunda Guerra Mundial.

Desde 2008, quando iniciou a crise econômica que agora ganha contornos mais dramáticos, trabalhadores de diversos países do mundo foram às ruas para tentar manter os seus direitos. França, Grécia, Espanha, Portugal tiveram as ruas tomadas, principalmente por servidores públicos, porque seus governos estavam descontando sobre os trabalhadores a conta da crise.

Naquele momento, os governos deram ao sistema financeiro trilhares de dólares. Esses recursos saíram dos direitos da classe trabalhadora, que resistiu muito, e ainda resiste, para impedir tamanho ataque. O cenário que se vislumbra neste momento é, entretanto, muito pior. Em 2008, os governos serviram de fiadores ao mercado financeiro. Agora, os fiadores não têm condições de pagar as dívidas, que nem são suas, é preciso que se diga.

Isso significa que os ataques serão mais intensos. No Brasil, como você lerá na página 08, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se apressou em dizer que “não é hora de pedir reajuste”. Ou seja, se não houver uma forte mobilização os servidores públicos amargarão outros longos anos de congelamento salarial.

E é esse chamado à mobilização que o Sintrajud faz a você na página 03, onde mostramos como foram as mobilizações da semana passada (com vigílias no STF e aqui em SP) e como estão os preparativos para grande marcha a Brasília, no dia 24 deste mês.

Nesta edição você ainda lerá sobre o Conselho de Base e a assembleia geral do sindicato que aprovou o calendário de luta para este semestre e manteve o PCS como reivindicação da categoria. Em um esforço de possibilitar aos servidores uma outra visão de mundo, o Sintrajud organizou em seu 32º Conselho de Base a palestra sobre o **Estado como instrumento de dominação de classe**. No mesmo evento houve a oficina de saúde do trabalhador.

Além de saber como foi a oficina, você lerá a entrevista com a psicóloga Ana Paula Lopes sobre assédio moral e doenças do trabalho. E falando em condições de trabalho, no galpão da Presidente Wilson, onde funcionam os arquivos da JF e TRF, mais de 150 armários, repletos de processos desabaram, a reportagem está na página 07. Nesta mesma página está a vitória dos servidores do TRF-3 e JF que, ao se mobilizarem, conseguiram impedir o reajuste abusivo do convênio médico até dezembro.

A nossa luta contra o congelamento salarial e dos nossos benefícios não está fácil e com a crise econômica ela ficará mais difícil. Estarmos unidos é mais do que urgente, é fundamental. Por isso, convidamos você a se engajar na luta. Boa semana e boa leitura.

Servidores aprovam calendário de luta para segundo semestre

Foto Jesus Carlos



Em assembleia lotada, categoria mantém a luta pelo PCS e elege delegados à ampliada da Fenajufe

página 04

Foto Joca Duarte



Após vigília no STF, servidores preparam ato que dirá a Dilma que não aceitam pagar conta da crise

página 03

Foto Jesus Carlos



150 armários repletos de processos desabam no arquivo da Presidente Wilson

página 07

Nesta quarta-feira, dia 17, 13h, tem assembleia na JT/ Barra Funda

página 03



Artigo

Economia feita pelo governo neste primeiro semestre pagaria cerca de 18 PCSs

Orçamento da União tem saldo de R\$ 135 bilhões. Em 2010 as sobras foram de R\$ 64,1 bi

Por Washington Luiz Moura Lima *

Até o dia 27 de julho deste ano, o saldo do orçamento da União era de R\$ 135 bilhões. Quantia suficiente para pagar cerca de 18 PCSs, já que o custo anual bruto por PCS seria de R\$ 7,4 bilhões. De acordo com um estudo feito pelo Departamento Econômico do Sintrajud, com base no Grupo de Natureza de Despesa (GND), o governo tem autorização de gastos de R\$ 1,014 trilhão, mas foi liquidado até a data apenas R\$ 443,1 bilhões, ou 43,68%. O percentual ideal a ser gasto seria de 56,99%, havendo portanto uma margem de 13,31%, equivalente a um saldo de R\$ 135 bilhões.

Há sobras em todas as despesas, aponta o estudo. Nas despesas de pessoal e encargos sociais, GND 1, de um orçamento autorizado de gastos para o ano de R\$ 199,6 bilhões, foram liquidados até 27 de julho só 51,43% do orçamento.

Para as outras despesas correntes, GND 3, há uma dotação autorizada de R\$ 680,6 bilhões para o ano. No entanto, foram liquidados R\$ 320 bilhões, ou 47,03%. Portanto, estando 9,96% abaixo do ideal, correspondendo a um saldo de R\$ 67,7 bilhões.

Os investimentos, GND 4, de um orçamento autorizado de R\$ 64,4 bilhões, foram liquidados apenas R\$ 4,4 bilhões, ou 6,84%.

Nas inversões financeiras, GND 5, de um total disponível de R\$ 45,1 bilhões, foi liquidado apenas 35,41% do orçamento. A diferença entre o que foi liquidado e o ideal é de 21,58%. Dessa forma, o saldo é de R\$ 9,7 bilhões.

A reserva de contingência, GND 9, tem R\$ 24,7 bilhões autorizados para gastos no ano. E até 27 de julho, nenhum valor havia sido pago. Assim no período o saldo é de R\$ 14,1 bilhões.

Juros

As despesas com juros e encargos da dívida, GND 2, apresenta grande proximidade entre o percentual liquidado e ideal – 55,35% e 56,99%, tendo um saldo de R\$ 2,7 bilhões.

O GND 6 (amortização da dívida) é o grupo que está mais próximo do percentual ideal, pois tem dotação autorizada de R\$ 783,9 bilhões, sendo liquidados 56,78%.

Desta forma, considerando todos os GND, inclusive os 2 e 6, o saldo total é de R\$ 139,4 bilhões.

O montante está bem longe da economia que o governo diz querer fazer de R\$ 50 bilhões no orçamento. Ou seja, além dos R\$ 50 bilhões haveria ainda um saldo de R\$ 85 bilhões.

Em 2010

No ano passado sobraram do orçamento R\$ 64,1 bilhões. Isso porque foram autorizados R\$ 932,6 bilhões e liquidados R\$ 868,4 bilhões. Desconsiderando as despesas com juros e Encargos da Dívida e Amortizações Financeiras.

Segundo o levantamento, até 11 de julho de 2011, havia saldos de R\$ 1,5 bilhão nas despesas de pessoal e encargos, de R\$ 20,8 bilhões nas outras despesas correntes, mais R\$ 15,8 bilhões de investimentos, de R\$ 12,2 bilhões nas inversões financeiras e de R\$ 13,5 bilhões na reserva de contingência.

Se considerarmos os juros e os encargos da dívida e a amortização da dívida, cujos saldos totalizam R\$ 279,1 bilhões, temos um saldo global do orçamento geral da União de 2010 de R\$ 343,2 bilhões.

A alegação do governo para não dar o PCS é completamente absurda. Ele é viável porque equivale a uma parte pequena das sobras de 2011 ou até mesmo de 2010.

Diante deste quadro, fica a questão: Será que é prioridade do governo garantir centenas de bilhões aos bancos e para a especulação financeira ou se é de atender as necessidades dos servidores e do povo brasileiro?

* Coordenador do Dep. Econômico do Sintrajud

Ideias

Um espaço para a livre expressão de opinião.

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

A ética do André da novela das 9h

Edson Luiz Sampel*

Quem assiste à novela das nove vai entender o que ora escrevo. Há uma personagem, interpretada pelo excelente ator Lázaro Ramos: André, um desenhista famoso e bem-sucedido. Até poucos capítulos atrás, André era um homem namorado, vale dizer, um mulherengo. Entretanto, seu comportamento lascivo era provido de uma ética inquebrantável. Toda vez que ele mantinha relação sexual com alguma mulher, deixava claro que não haveria outros encontros amorosos. Jogava às claras, como se diz. Jamais mentia ou dava falsas esperanças. Recentemente, André decidiu ir morar com sua amada, com quem gerou um filho. Certo dia, tenso por causa de uma discussão com a referida concubina, acabou se envolvendo sexualmente com

uma moça. Apesar dos conselhos de amigos para não revelar nada do ocorrido, acabrunhado, contou tudo à sua companheira. Nem sequer omitiu o *affair*.

É incrível que até nos ambientes permissivos, fundamentalmente antiéticos, como o enredo da novela das 9h, costumam se dar gestos preñhes de uma robusta ética cristã. Pensemos, também, no que se passa nos xadrezes, entre os presos: a ética do silêncio, da não-alcaguetagem, da camaradagem com a razão etc.

Estas atitudes, sacadas quer da ficção, quer da vida real, denotam o elevado grau de morigeração latente na sociedade brasileira. É o resultado das centúrias de evangelização, do denodo constante da Igreja católica, notadamente da

hierarquia. No âmago do povo, bem nas entranhas da alma, medram os valores industriados por Jesus Cristo.

Poderíamos, então, concluir que ver novelas não é algo tão improdutivo e temerário para a moral, pois se tivermos olhos de ver, certamente auferiremos coisas boas. Mas, a conclusão mais relevante da nossa breve reflexão não é esta. Creio que a conclusão premente seja de que a ética ou pseudo-ética no meio do vezo e da balbúrdia exprime a possibilidade de que um dia ainda resgatemos a autêntica ética cristã, pondo-a a serviço da sociedade política, nos meandros de todos os relacionamentos intersubjetivos.

* Analista judiciário do Tribunal Regional Federal da Terceira Região.

Violência contra a mulher

Ridaut D. Silva

Exigir punição severa para os homens que cometem violência contra as mulheres. É isto que se lê na matéria do Jornal do Judiciário de número 393, na seção *Opinião do Sintrajud* sob o título: “**Violência contra a mulher: um mal que precisa ser combatido**”.

Talvez eu não tenha entendido, mas tenho ouvido entendidos no assunto dizer que a prisão no Brasil tem por finalidade ressocializar o indivíduo para que ele tenha condições de viver em sociedade.

Gente, o jornalista Pimenta Neves há nove anos atrás já era pai de pessoas adultas, avô e experiente diretor de grandes jornais, ele ainda não sabia como se conduzir na vivência com outras pessoas? E não é só ele não! A nossa recente história está repleta de tristes exemplos de assassinatos praticados por pessoas bem adultas e cultas, muitas delas diplomadas por universidades: médicos, advogados, promotores de justiça, entre outros. Nossos ilustres causídicos que nos desculpem, mas um adulto que entra num sa-

lão de beleza e liquida com vários tiros à queima-roupa a sua mulher que está trabalhando; o casal que mata uma criança atirando-a do seu apartamento abaixo; o “namorado” que submerge a sua amiga e companheira de profissão dentro do seu carro em uma represa, entre outros exemplos, devem passar por re-socialização!? Esses bandidos têm é que ficar o resto da vida na cadeia. Têm que ser punidos! Uma Vida não tem valor? Até quando teremos de suportar isto? Um indivíduo mata covardemente e, depois de dar um trabalho danado para a Polícia o prender e elaborar o inquérito, sempre muito complicado, com enorme custo ao erário público, finalmente é preso, mas cheio de direitos? Ah, não pode isto, não pode aquilo, exigem garantias; se apelar para instância maior aguarda em liberdade!

A questão da violência doméstica contra a mulher precisa ser levada muito a sério! É uma coisa complicada demais! Muitas mulheres sofrem

caladas, outras inventam situações acidentais para justificar os seus hematomas. Aquelas que registram queixas na Polícia pioram a sua situação domiciliar. Se ficam em casa, as agressões são mais violentas. Se saem, não têm para onde ir e nem com quem deixar os filhos. Muitas não trabalham fora, por isso não têm com que se manter. Há nos registros policiais o caso recente de uma senhora agredida que foi à Polícia várias vezes e que acabou morta pelo companheiro dentro de sua casa. O “machão” contou o caso para a vizinha e fugiu!

A matéria do Sintrajud mostra entrevista com a promotora Luiza Eluf, especialista em crimes contra a mulher, em que ela afirma ser o machismo uma das causas da violência contra a mulher, e que enquanto houver machismo elas vão continuar morrendo. Então, como ficamos? Até o final do mês, ou do ano o machismo terá acabado? Gente, algo precisa ser feito, a sociedade pede socorro!

* Servidor aposentado da JF

IDEIAS - textos para essa seção devem ser enviados por email para imprensa@sintrajud.org.br, contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão devolvidos ao autor.

Após vigília no STF, servidores preparam ato que dirá a Dilma que não aceitam pagar conta da crise

Vigília cobra do STF defesa firme da autonomia e do PCS; no dia 24, servidores participam de nova manifestação nacional e unificada em Brasília. Na quarta, dia 17, 13h, tem assembleia na JT/ Barra Funda

Fotos Joca Duarte



Em frente ao TRF-3, dia 10, servidores votam mobilização pelo PCS

Por Hécio Duarte Filho

A vigília em frente ao Supremo Tribunal Federal, na noite de quarta-feira (10), levou um recado da categoria ao ministro Cesar Peluzo: os servidores vão continuar mobilizados e não estão contemplados apenas com as decisões dos tribunais de incluir o PCS-4 na previsão orçamentária – também querem que o STF banque de fato estas decisões e exija que o governo respeite a autonomia entre os poderes prevista na Constituição Federal.

Daqui a duas semanas, no dia 24 de agosto, nova manifestação em Brasília levará outro recado, desta vez à presidenta Dilma Rousseff: os trabalhadores de diversos setores públicos e privados vão dizer governo que não são responsáveis pela crise econômica, que se agrava na Europa e nos Estados Unidos, e que não aceitam pagar a conta da farra financeira promovida por bancos e outros especuladores sob a proteção e o incentivo dos sucessivos governos.

Ocorrida na semana que precede a data limite para envio pelos tribunais das propostas orçamentárias ao Ministério do Planejamento, a vigília no Supremo contou com representações do Judiciário Federal e do MPU de pelo menos 14 estados e reu-

niu algumas dezenas de servidores. Agora, os sindicatos devem se voltar para organizar a participação da categoria na jornada unificada de protestos prevista para começar no dia 17, nos estados, e se encerrar no dia 24 de



agosto, com uma grande manifestação em Brasília.

Na avaliação do servidor Pedro Aparecido, dirigente da federação nacional (Fenajufe) e do sindicato de

Mato Grosso (Sindijufem-MT), a vigília cumpriu um papel importante nesta fase da luta, mantendo acesa a defesa da autonomia às vésperas de período decisivo no embate com relação à definição do orçamento.

Mas ele acredita que será necessário multiplicar os esforços e a participação nas próximas atividades para levar adiante esta luta. Para o servidor, que lamentou a presença tímida do

sindicato de Brasília (Sindjus-DF) no ato, as entidades sindicais terão que se empenhar mais para que a presença surta o efeito desejado.

Na quarta, 13h, tem assembleia na JT/ Barra Funda

No mesmo dia, na Câmara, acontece a audiência pública para debater a forma de remuneração

Os servidores da Justiça Trabalhista têm assembleia nesta quarta-feira, dia 17 de agosto, em frente ao fórum Ruy Barbosa, 13h. A manifestação, aprovada na assembleia da última quarta, acontece no mesmo dia da audiência pública do PL 6613/09, que trata do PCS, na Câmara dos Deputados.

Se por um lado a assembleia servirá para reafirmar a posição dos servidores em defesa do PCS, por outro poderá aprovar um calendário de mobilização. “Teremos Reunião Ampliada da Fenajufe no próximo dia

25, e queremos apresentar um calendário de luta para retomar a mobilização pelo PCS”, explicou Inês Castro, servidora da JT e diretora do Sintrajud.

Na opinião de Leica Silva, também da Barra Funda e diretora do Sintrajud, a assembleia servirá para retomar o processo de luta na JT, bem como mostrar que “há mobilização em vários tribunais”. “Não nos contentamos com as falas no ministro da Fazenda, Guido Mantega, de que não é para pedir reajuste, pois nossos salários estão congelados”, afirmou ao chamar os demais colegas a participar.

Em São Paulo, servidores fazem assembleias e vigília pelo PCS

Foto Joca Duarte



Se em Brasília, os servidores deram o seu recado ao STF, assembleias no TRF-3 e no fórum trabalhista Ruy Barbosa, na Barra Funda, também avisaram que a categoria não aceita o congelamento salarial, por isso cobra do Supremo uma ação que vá além da inclusão do PCS no orçamento de 2012.

No TRF-3, além da assembleia que aconteceu durante a tarde, um grupo de servidores enfrentou o frio e a garoa e fizeram uma vigília em frente ao tribunal: “É importante a participação. As declarações da presidente Dilma mostram que o enfrentamento contra o congelamento salarial será muito maior”, disse o diretor do Sintrajud Cléber Borges Aguiar.

Ele destaca a importância da participação dos servidores no calendário nacional de luta, que será realizado com o conjunto do funcionalismo. Calendário que foi aprovado na assembleia estadual do Sintrajud, ocorrida no sábado dia 06.

Para Leica Silva, diretora do Sintrajud, o adiamento da votação do projeto da previdência complementar foi positivo, “porque a sua aprovação seria mais uma perda de direitos importantíssimos, mas foi apenas um adiamento, por isso precisamos manter a mobilização”, disse.

O PL estava na pauta da última sessão da Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara dos Deputados (Ctas), mas teve a votação adiada.

Ela destaca que a cada dia a política do governo de reajuste zero para o funcionalismo fica mais evidente: “Por isso, temos que nos mobilizar”, afirmou.

As inscrições para a 7ª Copa de futebol Society do Sintrajud acabam na próxima sexta

As inscrições para 7ª Copa de Futebol Society do Sintrajud vão até sexta-feira, dia 19. Os jogos desse ano acontecerão nas quadras do Nacional Atlético Clube, na Barra Funda, ocorrerão em setembro e outubro, durante a semana no período noturno. A final será num sábado (ainda sem data), quando acontecerá um churrasco. Leia mais em www.sintrajud.org.br.

Assembleia estadual aprova calendário de luta para segundo semestre

Com a casa cheia, servidores reafirmam a luta pelo PCS e elegem delegados à Reunião Ampliada da Fenajufe

Por Caê Batista

Com a casa cheia, a assembleia estadual do Sintrajud aprovou calendário de mobilização para este segundo semestre, elegeu os delegados de São Paulo para a Reunião Ampliada da Fenajufe e reafirmou, mais uma vez, que é o momento de lutar pelo PCS.

Ocorrida no sábado (06/08) a assembleia estadual do Sintrajud contou com a presença de 170 servidores, vindos de várias partes do estado. Foi com o plenário lotado que a categoria definiu, por ampla maioria e sem nenhum voto contrário, que será preciso muita mobilização do conjunto do funcionalismo público para vencer o congelamento salarial.

Por isso foi aprovada a participação na marcha a Brasília dia 24 de agosto, com diversos setores do funcionalismo. Com esta atividade, os trabalhadores do setor público pretendem dizer à Dilma que não aceitam a política de reajuste zero que vem sendo aplicada.

Outra atividade aprovada foi a vigília realizada em frente ao STF na quarta, dia 10. Aconteceram assembleias na JT/ Barra Funda e no TRF-3, onde também aconteceu uma vigília no final do expediente (ler mais no texto ao lado).

As manifestações serviram para que os tribunais superiores seguissem o STF e incluíssem em seus orçamentos os recursos necessários para a implementação do PCS a partir de 2012.



Delegados à Reunião Ampliada da são eleitos na assembleia. Reunião acontece dia 25 de agosto e deve definir os rumos da mobilização nacional

Delegados à Ampliada da Fenajufe

Na sessão administrativa do Supremo que aprovou o orçamento contendo os recursos para o PCS, o presidente da Corte, ministro Cezar Peluso, afirmou que o Executivo não pode alterar a proposta orçamentária do Poder Judiciário, que isso só pode ser feito dentro Legislativo. Portanto, a pressão sobre o parlamento será fundamental para que o PL 6613 de 2009 seja aprovado.

Na avaliação de muitos servidores isso não acontecerá, entretanto, sem que os trabalhadores do Poder Judiciário voltem a cruzar os braços. Portanto, a retomada

de uma forte greve neste semestre será necessária, e este será um dos temas que serão debatidos na Reunião Ampliada da Fenajufe, no dia 25 de agosto.

São Paulo enviará à Ampliada 10 delegados e cinco observadores. Pela decisão da assembleia, em eleição proporcional, serão seis delegados defensores do PCS e quatro pró-subsídio. No caso dos observadores, serão três defensores do PCS e dois pró subsídio.

Assembleia reafirma defesa pelo PCS

A assembleia rejeitou a proposta feita por alguns servidores do TRE (aprovada em assembleia setorial) de



Maioria dos servidores sócios da entidade consideram que a forma remuneratória já foi amplamente debatida

uma consulta on-line sobre forma remuneratória, subsídio ou PCS. A maioria dos sócios do Sintrajud presentes na assembleia entendeu que este tema já vem sendo debatido amplamente nos diversos fóruns da categoria há anos e que este não é o momento de alterar a reivindicação junto ao Supremo. Uma mudança na proposta

de modelo remuneratório levaria a tramitação do projeto de lei à estaca zero, fazendo a categoria amargar mais longos anos de congelamento salarial. Perigo que se agrava diante do risco de aprovação do PLP 549/09, que tornará lei aquilo que o governo Dilma já vem fazendo com os servidores: reajuste zero.

Sindicalize-se

O sindicato conduziu as greves que aprovaram os três PCS's anteriores, que trouxeram aumentos de até 651% para o início de carreira no período de 1997 a 2008, e de até 483% para final de carreira no mesmo período.

Não podemos deixar que o patamar salarial alcançado com tanta luta e esforço ao longo de uma década, seja rapidamente consumido pela corrosão infla-

cionária e pela política de reajuste zero do governo Dilma.

Unidos, soubemos garantir significativas melhorias salariais para toda a categoria, com a conquista de vários direitos, mesmo num período de implementação do projeto neoliberal no nosso país, como se deu na última década, onde enfrentamos a tentativa de desmonte e privatização do estado e retirada de direitos dos servidores.

Filiar-se ao sindicato é fortalecer a luta pela aprovação do PCS, pondo fim ao congelamento salarial que já entra no seu quarto ano e que não podemos permitir que se eternize.

Filiar-se é fundamental para manter e ampliar a luta pelo fim do desvio de função, das terceirizações, combate ao assédio moral, melhoria das condições de trabalho, manutenção da paridade entre ativos e aposentados e tantos outros temas fun-

damentais para a categoria.

Fortalecer política e financeiramente o sindicato, que é mantido apenas com a contribuição voluntária de quem se associa, é tarefa de todo nós, para manter e ampliar direitos duramente conquistados.

Juntos, Nossa Luta faz acontecer! Filie-se !

Para mais informações entre no site www.sintrajud.org.br

“O Estado é um instrumento de dominação de classe”, diz cientista social

Em palestra durante o 32º Conselho de Base, professor Antonio Macário explica a origem e a natureza do Estado: garantir os lucros e aumentar a exploração sobre os trabalhadores

Por Caê Batista

Uma faca desenvolvida por um artesão para cortar o couro dos animais e fabricar sandálias, ainda no antigo mundo Grego, pode ser utilizada como uma arma para a morte de outros seres humanos, e, portanto, para a dominação de uma classe social sobre a outra. Com base neste exemplo, o professor Antonio Macário de Moura explicou uma das razões pelas quais os trabalhadores devem lutar para controlar o Estado. “Se o Estado é um instrumento desenvolvido para atender o capitalismo, ele pode ser apropriado pelos trabalhadores, não para o seu aperfeiçoamento, mas para o contrário, para o seu desmantelamento”, disse durante a palestra do Conselho de Base, realizado no dia 06, na sede do Sintrajud.

Palestrando acerca do “Estado como instrumento de dominação de Classe”, Macário fez um histórico da origem do Estado moderno e, citando Marx, explicou que a fase capitalista do Capital foi inaugurada no século XVI, com o mercado mundial.

Segundo disse, o Estado é uma instituição voltada diretamente para o desenvolvimento do lucro e da propriedade privada sobre todas as esferas da vida. Existindo, portanto, “para... reprimir qualquer força social que venha ameaçar o desenvolvimento da produção, do lucro, da propriedade burguesa, é um inimigo dos trabalhado-

res”, disse.

Para o professor, o Estado também tem a função de intervir nos conflitos que vêm da livre concorrência, sempre tendendo a se posicionar ao lado do setor mais forte da sociedade.

Uma terceira função do Estado, disse, é a de resolver os conflitos externos às fronteiras nacionais, o que “já estava claro no século XVIII”. Ele explicou que pelos interesses do próprio capitalismo, os Estados-Nação, em um dado momento entrariam em conflito, onde os mais fortes dominariam os mais fracos.

Não é para menos, segundo Macário, que no recente acordo assinado pelo presidente dos EUA, Barack Obama, para elevação do teto da dívida daquele país, serão cortados os gastos sociais, mas os recursos do complexo militar industrial serão mantidos. “A expansão do império norte-americano, pela via do massacre de qualquer povo que venha a questionar a dominação dos EUA no mundo, está garantido no projeto do Obama”.

Macário disse que tudo o que é feito pelos homens depende da apropriação que é feita pela sociedade, ou seja, a questão está no uso das ferramentas criadas pelo homem. Se o Estado é uma máquina de guerra para defender a propriedade privada, agredir outras nações, atacar constantemente o Trabalho, ao ser tomado pe-



Fotos Jesus Carlos

los trabalhadores, o Estado irá cumprir um papel inverso. “O Estado tem que ser ocupado pelos trabalhadores em todas as suas instâncias, para que aquilo que foi construído pelo trabalho, tirado pela classe dominante, seja re-apropriado pelos trabalhadores”, concluiu.

Reunião do Conselho de Base - (no detalhe) Antonio Macário

Oficina de saúde debate as dificuldades de diagnosticar as doenças de trabalho

Psicóloga afirma que servidor precisa cobrar que o profissional aponte as causas da doença no diagnóstico

Por Vivian Costa

Identificar as doenças relacionadas, ou até, provocadas pelo trabalho não é tarefa fácil, muitas vezes nem mesmo para o profissional de saúde. Por isso, é preciso conhecer alguns males relacionados a eles para cobrar do médico um diagnóstico correto. Para desmitificar um pouco o tema, o Sintrajud promoveu no dia 7 de agosto, uma oficina de Saúde e Trabalho, coordenada pela psicóloga Ana Paula Lopes.

Ela disse que os dois indicadores de saúde no trabalho são os números de licença médica e os números de remoções. “Muitos médicos, principalmente os do convênio, não estão preparados para relacionar a doença ao ambiente trabalho o que causa muita

distorção. Diante deste cenário, a psicóloga afirma que o servidor precisa cobrar que o profissional aponte as causas do diagnóstico.”

O trabalhador tem garantido por lei que ao voltar após uma licença médica, ele deve ser encaminhado para um setor adequado as suas condições. “Ele não pode voltar para o mesmo lugar e nem para outro pior. Mas, infelizmente, hoje as pessoas voltam ao local que gerou a doença”

Assédio moral

O dano moral é difícil de identificar e que muitas vezes o transtorno mental está relacionado ao assédio moral.

Foto Joca Duarte



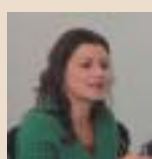
Oficina de saúde

Entre os casos mais comuns de atitudes de assédio moral estão as brincadeiras ofensivas, isolamento profissional, desqualificação ou críticas em público, ameaças explícitas ou veladas, exploração de fragilidades psíquicas e físicas, entre outras. Tais agressões podem comprometer a saúde física e mental do funcionário e ainda dificultar a convivência social e familiar.

ENTREVISTA

Assédio moral causa adoecimento e afeta autoestima e dignidade dos trabalhadores

Psicóloga, Ana Paula Lopes, explica quais doenças podem surgir e como identificá-las



A psicóloga Ana Paula Lopes, que assessora o Sintrajud, afirma que o assédio moral é uma violência oculta que afeta a auto-estima e a dignidade dos trabalhadores, produzindo sofrimento psíquico e desconforto emocional, trazendo a tona transtornos psicossomáticos, mentais e comportamentais. Identificá-los não é fácil, por isso, Ana Paula, orienta a analisar o dia-a-dia de trabalho para identificar as causas do mal-estar. Como o assunto ainda gera alguns questionamentos, leia a entrevista e se informe um pouco mais.

Jornal do Judiciário - Como identificar o assédio moral?

Ana Paula Lopes - O assédio

moral no trabalho pode ser compreendido como uma forma de violência oculta e, por isso, uma das principais dificuldades é desvelar a sutileza dessa violência. Até porque, em estruturas hierárquicas e autoritárias, a violência implícita no assédio moral passa a ser vista pelos trabalhadores como algo natural. A repetição de situações humilhantes e constrangedoras no local de trabalho é o principal indicador de sua ocorrência. Por isso, sugerimos que os trabalhadores registrem, como em um Diário, essas situações, a fim de facilitar a identificação e análise do problema.

Quais os problemas podem surgir?

APL - Produzem sofrimento psíquico e desconforto emocional. Em alguns casos, crises de choro e alterações do sono são muito evidentes,

assim como o isolamento social e transtornos psicossomáticos. Outros transtornos mentais e comportamentais, como episódios depressivos e transtornos de estresse pós-traumático também podem ser agravados ou desencadeados por essas situações.

Como identificá-los e curá-los?

Como você se sente após uma jornada de trabalho? Responder essa questão analisando o dia-a-dia é o primeiro passo identificarmos as causas do mal-estar. Isso porque o quadro inicial poderá se agravar e trazer perda ou redução da capacidade para o trabalho. Por se tratar de um problema coletivo, a cura e a prevenção dos transtornos relacionados ao trabalho está diretamente relacionada a intervenção sobre essas causas.

Você disse uma vez que há médicos que não identificam os problemas com facilidade. Por quê?

O estabelecimento da relação causal entre a doença e o trabalho deve ser feito por profissional médico capacitado a realizar a anamnese profissional, isto é, analisar a história de trabalho e os fatores de risco à saúde. Esse procedimento deve ser documentado, via atestado e pareceres ou através de laudos e exames médicos (artigo 1 da Resolução 1488 do Conselho Federal de Medicina). No entanto, na prática, persistem dificuldades na implementação da anamnese ocupacional, na formulação do diagnóstico médico e suspeita diagnóstica do transtorno à saúde com o trabalho, assim como da notificação institucional das Doenças Relacionadas ao Trabalho, como Acidente em Serviço.

DEMONSTRATIVO FINANCEIRO 2010 - SINTRAJUD-SP

De 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2010

Conta ordinária do Sintrajud _____ Em reais	Assessoria Coletivo de Saúde _____ 73.911,04
Saldo na fundo de reserva em 1º de janeiro _____ 501.253,93	MENSALIDADE A CONLUTAS _____ 168.000,00
Saldo para movimentação em 1º de janeiro _____ 360.563,35	MENSALIDADE A FENAJUFE _____ 488.074,07
Receitas no período _____ 5.836.933,61	CULTURAIS E SOCIAIS _____ 359.583,88
Despesas no período _____ (5.968.903,88)	Salários, benefícios e encargos relativos a 2 funcionários _____ 162.259,94
Antecipação de convênio Amil (relativo a MS contra reajuste de 41,44%) _____ 81.325,56	Festas Final de Ano (saldo de 2009) _____ 65.802,40
Rendimentos em aplicação financeira _____ 44.250,47	Eventos esportivos _____ 0,00
Saldo em 31/12/2010 _____ 855.423,04	Eventos culturais e sociais _____ 26.872,74
Fundo de Greve _____	Agenda e Calendário 2010 _____ 100.522,75
Total arrecadado com bônus; doações do IS e rendimentos da poupança _____ 296.078,50	Barraca da praia Santos - Eventos e manutenção _____ 1.214,98
Ressarcimento desconto de dias parados aos grevistas do TRT/T.RE/JEF _____ (200.718,74)	Outras desp. - correio, cópias e carteirinha de sócio _____ 531,37
Tarifas bancárias e aquisição das TVs sorteadas durante a greve _____ (5.154,79)	Custo operacional do Convênio Amil _____ 2.379,70
Saldo em 31/12/2010 _____ 90.204,97	IMPrensa _____ 906.503,72
Imposto Sindical	Salários, benefícios e encargos relativos a 4 funcionários _____ 435.276,94
Total recebido do TRF e JF _____ 691.473,64	Distribuição de jornais e boletins _____ 16.281,68
Total das doações ao Fundo de Greve _____ (203.218,85)	Impressão jornal e boletins _____ 225.868,89
Total devolvido aos servidores do TRF e JF _____ (344.593,88)	Diagramação do jornal e boletins _____ 23.875,23
Saldo 31/12/2010 _____ 143.660,91	Correio - envio do jornal para o interior _____ 137.393,95
Saldos em conta no dia 31/12/2010 _____ Em reais	Fotógrafos _____ 41.992,18
Caixa da sede _____ 5.623,43	Charges, Assinaturas e outros materiais _____ 3.696,94
Caixa da Sub sede Santos _____ 893,70	Outras despesas (encadernações do JJ, hydranet, deslocamentos, etc) _____ 22.117,91
Saldo disponível em C/C BB _____ 387.415,85	ADMINISTRATIVAS _____ 732.093,38
Saldo disponível em C/C CEF _____ 158.343,20	Salários, benefícios e encargos relativos a 7 funcionários _____ 528.386,58
Saldo na Poupança BB e CEF _____ 90.508,34	Condomínio, Luz _____ 71.724,80
Saldo do Fundo de Reserva _____ 446.504,40	Material de escritório, limpeza, copa. _____ 34.637,16
Total _____ 1.089.288,92	Assistência técnica e manutenção telefone e copiadora _____ 15.362,65
Cheques a compensar _____ 1.161,15	Assessorias (Pandora Sistemas e contabilidade) _____ 45.959,44
RECEITAS E DESPESAS POR CONTA RECEITAS	Kombi - manutenção, licenciamento, seguro e estacionamento _____ 9.964,63
Receita de Mensalidades dos sócios _____ 5.772.967,75	Manutenção da sede _____ 21.558,56
Outras receitas (ingr., reembolsos, créd. não identificados) _____ 7.933,84	Outras despesas- transporte, cópias, correio, papelaria _____ 2.555,99
Recebimento de empréstimos e despesas/antecipações recuperadas _____ 56.032,02	Manutenção do PCMSO, PPRA e outros laudos de segurança do trabalho _____ 1.943,57
TOTAL DAS RECEITAS _____ 5.836.933,61	COMUNICAÇÃO - Telefonia fixa, móvel e internet _____ 97.191,94
DESPESAS	INVESTIMENTOS (Equipamentos, mobiliário e pequenas obras na sede) _____ 45.853,26
DESP COM ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-SINDICAL _____ 1.743.536,12	JURÍDICO _____ 893.272,83
Salários, benefícios e encargos relativos a 5 funcionários e 1 estagiário _____ 523.048,84	Salários, benefícios e encargos relativos a 6 funcionários e 7 estagiários _____ 762.146,66
Ressarcimento aos tribunais mandato classista _____ 305.868,44	Correios, cópias e cartórios _____ 9.276,26
Diretoria executiva - deslocamentos p/ reuniões, alimentação _____ 12.331,20	Custas Processuais _____ 29.735,83
Conselho de Base - reuniões, eleição e posse _____ 12.920,30	Viagens para audiências e outras despesas de transporte _____ 7.573,35
Conselho Fiscal - reuniões, registro de documentos _____ 811,86	Honorários Advocatícios e Periciais de Terceiros _____ 76.275,97
Viagens, atividades no Congresso Nacional, Plenárias e reuniões setoriais _____ 109.276,99	Outras Despesas com Fóruns jurídicos, AASP, DO e publicações afins _____ 8.264,76
Atividades na base, infraestrutura das mobilizações e campanhas salariais _____ 373.541,88	SUBSEDE SANTOS _____ 99.156,38
Campanhas sindicalização, assedio etc _____ 0,00	Salários, benefícios e encargos relativos a 1 funcionário _____ 64.343,08
Formação - debates, cursos e publicações afins _____ 10.859,50	Despesas administrativas e manutenção da subsede _____ 34.813,30
Movimento Luta Fenajufe - jornais e apoio eleições sindicais _____ 38.925,31	SUBSEDE BARRA FUNDA _____ 34.809,35
Coletivo de Saúde - palestras, materiais, viagens _____ 23.335,07	Convênio médico relativo a 1 func Campinas e 1 func. B.Funda _____ 9.036,35
Doações ao Movimento _____ 100.806,25	Despesas administrativas e manutenção da subsede _____ 25.773,00
Outras Desp. (cópias, correio, congratulações, etc) _____ 4.399,25	DESPESAS FINANCEIRAS _____ 3.754,97
Congressos - 7º Congresso da Fenajufe/Fortaleza _____ 88.237,94	AÇÕES TRABALHISTAS _____ 378.062,87
Eleições e Posse da diretoria de base _____ 4.726,25	Verbas trabalhistas para H.B.C. _____ 359.542,56
Jornalista do Movimento Luta Fenajufe _____ 46.100,00	Honorários Advocatícios e custas _____ 18.520,31
Assessoria Coletivo de Formação _____ 14.436,00	EMPRÉSTIMOS E ANTECIPAÇÕES _____ 19.011,11
	Empréstimos _____ 1.500,00
	Despesas recuperáveis _____ 17.511,11
	TOTAL DAS DESPESAS _____ 5.968.903,88

150 armários repletos de processos desabam no arquivo da Presidente Wilson

Laudo do Sintrajud comprova insalubridade no galpão. Sintrajud pediu, administrativamente, pagamento de insalubridade, negado pela administração. Caso está sob recurso.

Foto Jesus Carlos

Por Caê Batista

Em meados de julho, mais de 150 armários com prateleiras repletas de processos do arquivo da Presidente Wilson (PW) desabou. Segundo alguns servidores do local as estantes de metal estavam parafusadas umas nas outras. O susto foi grande, e a sorte maior ainda. “Se tivesse alguém ali, tinha morrido”, contou um servidor do prédio.

Funcionando como depósito desde 1995, o galpão da PW é dividido em duas partes: o TRF e a Justiça Federal. Lá funcionam o depósito judicial, o almoxarifado e o patrimônio da JF; além do almoxarifado, patrimônio, desfazimento (materiais que não servem mais) e o arquivo do TRF. O local tem 4000 M² e aproximadamente 1,7 milhão de processos

arquivados.

Em 2008, um laudo feito por uma consultoria contratada pelo Sintrajud identificou condições insalubres no galpão. Imediatamente o Sindicato ingressou com um requerimento administrativo pedindo o pagamento de adicional de insalubridade, assim como exigiu as reformas necessárias para a eliminação dos agentes de risco à saúde dos trabalhadores daquele local.

O tribunal contratou outra empresa para analisar o local, que contestou a posição do Sintrajud, mas afirmou que é “preciso implementar medidas de controle no arquivo/ depósito que garantam um ambiente bem ventilado... escada ou suporte para descer arquivos posicionados acima da altura do ombro... favorecendo assim um ambiente mais salutar”.

Além disso, na análise do arquivo dos processos, a empresa verificou a existência de irregularidades no piso.

A administração indeferiu o requerimento, e o sindicato foi apresentado um recurso à administração, segundo o Departamento Jurídico do Sintrajud.

O problema é que além de o tribunal não pagar a insalubridade aos servidores e terceirizados, ele não realizou as melhorias apresentadas pela própria empresa contratada. “Estamos preocupados com essas condições precárias”, disse o servidor.

Para a diretora do Sintrajud Angélica Olivieri, servidora do Fórum das Execuções Fiscais, a postura da administração do tribunal é de completo descaso. “Parece que eles estão mais preocupados em garantir os lu-



No galpão da PW as más condições de trabalho afetam diretamente a saúde dos servidores

ros da empresa que nos fornece o convênio médico do que em garantir as mínimas condições de trabalho aos servidores”, disse, se referindo à recente tentativa de aumento dos valores do convênio médico.

Ela argumenta que a administração está fazendo economia de verbas em cima da saúde dos servidores, e que

as más condições de trabalho geraram este acidente que poderia ter sido fatal: “se tendo a obrigação de pagar esse adicional, a administração tem sido negligente, imagine como ficaria se o Judiciário não tivesse que pagar nenhum adicional à categoria... Nossas condições de trabalho estariam ainda mais precarizadas”, afirmou.

Mobilização de servidores faz TRF suspender reajuste de plano médico

Servidores e Sintrajud reivindicam participação na comissão técnica que irá escolher o novo modelo para o ano que vem

Após mobilizações dos servidores, o TRF fez alguns remanejamentos orçamentários e suspendeu o reajuste abusivo do plano médico até dezembro. Em contrapartida, o diretor geral do tribunal, Gilberto de Almeida Nunes, disse em reunião com os servidores no dia 05 de agosto, que um novo modelo de plano será adotado em 2012. Para a escolha do novo modelo, a administração instituiu uma comissão técnica excluindo os servidores e o Sintrajud.

Segundo o diretor do Sintrajud Cleber Aguiar, a administração do TRF precisa pressionar o Conselho da Justiça Federal (CJF) para conseguir mais verbas para a saúde junto ao Governo. “A suspensão das medidas só ocorreu porque os servidores se mobilizaram. Caso contrário, estaríamos amargando um grande prejuízo. A pressão deve continuar pois o caso não está resolvido. Ainda falta transparência da administração e a solução definitiva para o problema, já que é preciso aumentar o orçamento da saúde em 2012.”

Não foi divulgado de onde surgiu o remanejamento no TRF, mas isso mostra que é possível quando há boa vontade.

Indignados com a decisão unilateral da administração, os servidores reivindicaram que o sindicato, junto com os servidores, participasse da comissão para que o novo redesenho do plano não seja pior.

A mobilização, ao contrário do que dizia a administração, mostrou que é possível se buscar outras saídas sem prejudicar os trabalhadores. Em relação a comissão, é fundamental a participação dos trabalhadores e do sindicato, como condição para garantir transparência ao processo.

Disparidades

Em ofício, o CJF disse que é a favor da unificação de benefícios assistenciais entre os tribunais. O CJF também ressalta a necessidade de pleitear a uniformização do benefício de Assistência Médica e Odontológica (A.M.O.), haja vista a disparidade de 160,21%, entre o valor mínimo (R\$ 86,85) e máximo (R\$ 226,00).

Servidores do TRE cobram solução dos dias parados e contratação de Plano Médico coletivo

Administração precisa retomar diálogo e garantir solução efetiva das demandas dos servidores, após duros ataques que fez ano passado

Foto Wladimir Aguiar

Após os duros ataques desferidos contra a categoria e sua entidade de classe na greve do ano passado, na luta pelo fim do congelamento salarial e aprovação do PCS, quando determinou ainda antes da deflagração da greve o corte de ponto e baixou portaria ilegal, que buscava restringir a entrada da diretoria do Sintrajud nas dependências do tribunal, tendo acionando tropa de choque da PM com forte armamento para cumprir sua determinação, a administração do TRE ainda não teve a habilidade de estabelecer canal efetivo de negociação com a categoria.

A administração do TRE determinou o desconto na folha de pagamento de julho para aqueles servidores que não conseguiram compensar até 30 de junho os dias parados da greve do ano passado. Também o valor do repasse para custeio do plano médico gera insatisfação entre os servidores.

O Sintrajud reuniu-se duas vezes nas últimas semanas com o Presidente em exercício do TRE, juiz/Desembargador Alceu Pentead Navarro, tendo apresentado requerimento, onde pediu a suspensão do desconto na folha de pagamento do servidor relativos às horas da greve que ainda não foram compensadas, com pedi-



Em 07 de julho de 2010, às vésperas das eleições, servidores param o maior tribunal eleitoral do país.

do de extensão do prazo para que aqueles que ainda não conseguiram compensar. “O primeiro requerimento individual foi indeferido e agora entramos com recurso individual. Esperamos uma resposta já nos próximos dias. A decisão precisa ser rápida, pois os servidores que tiveram o desconto parcelado terão novo desconto nesse próximo pagamento, o que queremos e pode ser evitado”, disse o diretor do Sintrajud Maurício Rezzani.

Quanto ao plano médico, os servidores, que recebem um repasse mensal de R\$ 120, reivindicam o auxílio da administração para contratar um convênio de saúde coletivo, já que eles precisam se virar sozinhos para contratar um no mercado.

Dilma quer usar crise para vetar reajuste salarial outra vez

Belchior diz que orçamento não terá reajustes e presidente da Comissão de Finanças fala em 'mais prudência' com PCS-4; servidor defende mais mobilização

Por Hécio Duarte Filho

Diante dos primeiros sinais de que a crise econômica se agrava nos Estados Unidos e na Europa, o governo brasileiro se apressou em declarar que não haverá reajuste salarial para o funcionalismo público em 2012. Na quarta-feira (10), o ministro da Fazenda, durante depoimento na Câmara, pediu aos deputados para não aprovarem projetos que gerem despesas. A própria presidenta Dilma Rousseff já manifestou a intenção de não permitir reajustes de salários nos serviços públicos.

Na avaliação do servidor Saulo Arcangeli, diretor da Fenajufe (Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do MPU), em todo o mundo os governos tentam repassar para os trabalhadores o prejuízo que deveria ser arcado pelos grandes empresários capitalistas, reais responsáveis pela crise. Ele cita, como exemplo dessa política, o fato de o próprio governo federal editar uma medida provisória que livra setores empresariais da contribuição para a Previdência dos trabalhadores e de propor outras isenções fiscais. “Para proteger os banqueiros e empresários, os governos atacam a classe trabalhadora e buscam reduzir salários, direitos e demitir”, afirmou. Para ele, esse cenário cada vez mais exigirá uma maior resistência e mobilização por parte dos

trabalhadores, como ocorre hoje em muitos países da Europa.

A ministra do Planejamento, Miriam Belchior, disse ao jornal “Folha de São Paulo” que a proposta orçamentária da União para 2012, que a presidenta Dilma deve enviar ao Congresso Nacional até 31 de agosto, não terá previsões de reajustes salariais. Ela não teria explicado se isso também se refere ao orçamento do Judiciário Federal, cujos tribunais já aprovaram a inclusão dos recursos necessários para a revisão do Plano de Cargos e Salários, contida no Projeto de Lei 6613/2009. No ofício enviado pelo presidente do Supremo Tribunal Federal ao governo, o ministro Cezar Peluso destaca a jurisprudência que já existe em torno da impossibilidade de o Executivo alterar a proposta encaminhada pelo Judiciário, desde que ela se enquadre na legislação fiscal. Peluso, no entanto, ressalta que esta prerrogativa é do Congresso Nacional.

Agosto terá mais manifestações

O presidente da Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, Cláudio Puty (PT-PA), disse, em entrevista por telefone à reportagem do LutaFenajufe Notícias, que o reflexo da crise econômica na tramitação do PL 6613/2009 será ainda mais cautela na sua apreciação. “Não muda com relação à posição anterior [de cautela], que se mostrou acertada, [mas] vamos reforçar a prudência com que



estamos tratando o assunto”, disse, após citar o pedido feito pelo ministro da Fazenda aos parlamentares. Puty disse esperar que o grupo de trabalho formado por deputados para tentar buscar um acordo em torno do projeto tenha êxito, mas frisou que para ele isso terá que passar pelo Planejamento. O PCS-4 está parado na Comissão de Finanças e Tributação desde 17 de junho deste ano, onde também se encontra o projeto referente ao Ministério Público da União (PL 6697/2009).

Na quarta-feira (10), os servidores do Judiciário e do MPU fizeram uma vigília em frente ao Supremo, na qual cobraram do STF uma posição firme

em defesa da autonomia entre os poderes da República. No período de 17 a 24 de agosto, a categoria deve participar das mobilizações nacionais em defesa dos direitos trabalhistas, dos serviços públicos e do fim de uma política econômica que destina a maior parte do orçamento para pagar juros das dívidas públicas. “Necessitamos reagir e manter a mobilização pela aprovação dos PCS do Judiciário e do MPU, pois ainda temos uma luta dura contra um governo que quer nos dar reajuste zero”, defendeu Saulo. “Temos que mostrar que o serviço público e os servidores precisam ser valorizados”, finalizou.

Lei Maria da Penha faz cinco anos, mas ainda não saiu do papel

Falta de opção, muitas mulheres continuam sofrendo violência doméstica

“Toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social”. É isso o que diz o artigo segundo, da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), que fez cinco anos no dia sete de agosto, mas que ainda não saiu do papel.

A lei criada para coibir a violência doméstica, ainda não trouxe nenhum efeito. Sua aprovação não mudou em nada a realidade da mulher: quatro em cada dez brasileiras já foram vítimas de violência doméstica, e muitas, por falta de estrutura, continuam a viver com os seus agressores.

Para as mulheres é muito difícil romper o silêncio, já que muitas dependem financeiramente do



Celebração do 08 de março

companheiro. Por isso, o Estado precisa investir mais em casas abrigos, aumentar o número de delegacias de mulheres e até ampliar o horário de atendimentos para as existentes.

Anuário

Segundo dados do Anuário das Mulheres Brasileiras 2011, compilação de dados sobre a situação da mulher no país, divulgado em julho pelo Dieese (Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a residência é o segundo local mais “perigoso” para as mulheres. Dentre as mu-

lheres assassinadas no país, 28,4% morreram em casa, sendo o segundo lugar de maior ocorrência de assassinatos.

No caso dos assassinatos em que as vítimas são casadas, 39,7% das mortes ocorrem em casa. O número entre os homens é

de 14% - uma proporção de cerca de três mulheres para um homem. Dentre os homicídios de mulheres separadas judicialmente, em 36,1% dos casos as mortes ocorrem em casa.

Mesmo com esses números alarmantes, o governo Dilma sequer tirou do papel a Lei Maria da Penha. Além da violência doméstica, a mulher sofre com os baixos salários, com os diferentes tipos de assédio, com a dupla e com a tripla jornada. Por isso, o Sintrajud sempre está presente nas manifestações que denunciam o machismo e a exploração.

Corregedoria do TRF autua representação feita contra juíza

A Corregedoria do TRF-3 autuou como expediente a representação feita pelo Sintrajud contra a juíza Vanessa Vieira de Mello, coordenadora das turmas recursais do Juizado Especial Federal da capital.

A juíza entrou no facebook de uma servidora a ela subordinada, copiou as fotos de sua viagem de férias, elaborou dossiê e determinou que fosse encaminhado para todos os colegas da servidora, desembargadores, juízes federais e corregedoria do tribunal, insinuando que ela estaria usando a licença médica para viajar.

Na representação, o Sintrajud pede que a Corregedoria instaure um processo administrativo disciplinar para apurar a postura da juíza, que ela seja destituída do cargo de Coordenação das Turmas Recursais do Juizado Especial Federal de São Paulo, por não ser preparada para enfrentar questões referentes à gestão de pessoas; que seja feita a retratação à servidora pelos meios de comunicação da Justiça Federal, e que seja reconhecido que a postura da magistrada, ao expor a imagem de uma servidora e seus familiares, não é compartilhada pela administração.